



dossier

racismo
ambiental

onde está yvy marã e'ÿ?

caderno
maloca
v.3, n.4
ISSN 2965-856X
fóz do iguaçu
março 2022





dossier

racismo
ambiental

onde está yvy marã e'ÿ?

**População afro-brasileira
e indígena em contexto
de pandemia**



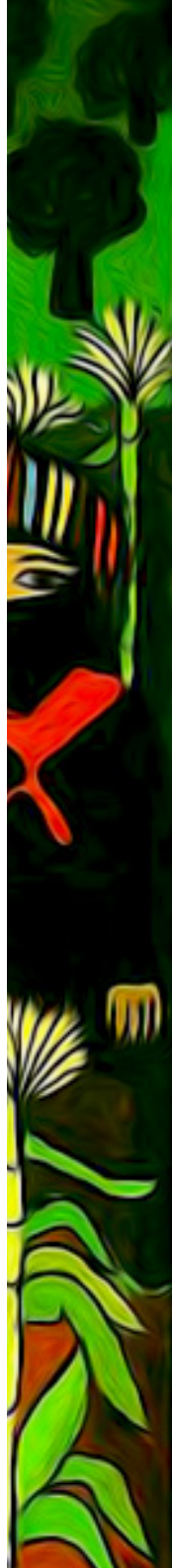
caderno maloca v.3, n.4

ISSN 2965-856X

**Foz do Iguaçu
Março 2022**

oventic

Beatriz Aurora. México, sem data.



capa

Obra *Espírito xamânico da árvore jatobá*. Artista Joseca Yanomami, Brasil, 2003.

conselho editorial

Adriana Nascimento, Ana Paula do Val, Ana Silvia Fonseca, Andréia Moassab, Ariana Mara Silva, Bruno Oliveira, Celine Veríssimo, Cláudio Ribeiro, Daniel Cardoso, Fabio Velame, Francieli Rebelatto, Gabriel Cunha, Leonardo Name, Karine Queiroz, Maicon Rugeri, Maria Estela Ramos, Maurício Santos, Miriam Chugar, Patti Anahory, Pedro Arantes, Renata Machado, Rodrigo Nogueira, Sylvia Dobry, Thiago Hoshino, Tiago Bastos.

coordenação geral

Andréia Moassab

coordenação editorial

Céline Veríssimo, João Pena e Maurício Santos

projeto gráfico e diagramação

Maicon Rugeri

textos

Alexandre Kuaray, Céline Veríssimo, Elson André de Lima, Henri Acselrad, Ivanildes Kereju, João Pena, Maurício Santos, Maura Cristina da Silva, Robert Bullard e Simone Maria da Silva.



grupo de estudos
multidisciplinares em
urbanismos e
arquiteturas do sul
unila/brasil

MALOCA Grupo de Estudos Multidisciplinares em Urbanismos e Arquiteturas do Sul

Avenida Tancredo Neves, 6731, Bloco 01

Espaço 04 | Sala 05 - PTI (Ruínas/Biblioteca)

Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil.

Caixa Postal 2044 - CEP 85.867-970

E-mail: maloca.unila@gmail.com

Todo o material escrito pode ser reproduzido para atividades sem fins lucrativos, mediante citação da fonte.

ISSN 2965-856X Periodicidade: Semestral Idioma: Português e/ou Espanhol





— manaka si
Joseca Yanomami. Brasil, 2019.

onde está y

População afro-brasileira e indígena em contexto de pandemia

— Yvy marã e'ÿ é um mito Guarani que narra a história de “uma terra sem males”, um lugar utópico onde não existem doenças, fome ou guerras. Um local de paz e harmonia, onde todos vivem em união, respeito e amor, celebrando a vida. Criada por Tupã, o deus supremo, essa terra perfeita foi concebida para que seus filhos e filhas pudessem desfrutar de uma existência plena em harmonia. No entanto, com o passar do tempo, o povo Guarani começou a se afastar dos ensinamentos de Tupã, passando a viver em instabilidade. Esse distanciamento resultou na decisão de Tupã de destruir Yvy marã e'ÿ. A partir desse momento, os e as Guaranis passaram a enfrentar dificuldades na vida, aprendendo uma lição com as consequências de suas ações.

Apesar da perda desse paraíso terreno, a crença em Yvy marã e'ÿ continua viva na cultura Guarani, servindo como uma memória poderosa sobre o fim do mundo Guarani que ocorreu com a invasão europeia. Essa data marca um período de grande sofrimento, desafios e adversidades para os e as Guaranis e todos os povos tradicionais da América Latina.

No entanto, mesmo diante das dificuldades enfrentadas ao longo da história, os povos marcham em busca de Yvy marã e'ÿ, que representa a resistência e a esperança do povo Guarani em reconstituir e adiar o fim do mundo, preservando sua cultura e tradições. É um chamado para manter viva a memória de Yvy marã e'ÿ e construir um futuro melhor, mesmo diante das violências e adversidades que ainda enfrentam, afinal, Onde está Yvy marã e'ÿ?

Desenvolvido durante a pandemia, este quarto Caderno Maloca continua com o tema do Racismo Ambiental, tratado no

vy marã e'ÿ?

editorial

caderno anterior, reunindo professores, professoras, pesquisadores, pesquisadoras e militantes de movimentos sociais de várias partes do Brasil e de outros países, para debater os impactos do racismo nas comunidades negras e indígenas. Desde os movimentos por moradia, demarcação de terra, fenômenos naturais e os impactos de desastres ambientais até ao contexto da pandemia de Covid-19, os textos deste volume mostram como os problemas enfrentados pelas pessoas negras e indígenas vêm de longe: da negligência do Estado, da colonialidade e do seu projeto histórico de extermínio. A despeito disso, o que os relatos e reflexões aqui nos apontam é uma capacidade imensa de enfrentamento e de viver o presente com esperança para seguir construindo o futuro.

Na primeira entrevista intitulada **Retomando a ancestralidade a partir da aldeia Yyakã Porã**, as lideranças indígenas Guarani Mbya da Comunidade Yyakã Porã em Ubatuba, estado de São Paulo, **Kuaray Alexandre e Ivanildes Kerexu**, denunciam a Elson André de Lima e Céline Veríssimo, as violências e saques que têm sofrido, perpetrados pelo *Juruá* - homem branco. Ao mesmo tempo, ele e ela enaltecem a resistência indígena pela preservação do seu povo e da natureza. Por meio da sua produção audiovisual, em filmes que rodam em muitas aldeias da comunidade, as jovens gerações fazem a manutenção das tradições como estratégia de autopreservação e esperança face às constantes ameaças à integridade e segurança do seu povo e seus territórios. Os jovens líderes **Kuaray** e **Kerexu** re-

velam-nos que, mesmo perante as piores adversidades, seguem empenhados em superar a colonialidade e concretizar o sonho de alcançar o pleno direito das nações indígenas às suas terras e à vida.

Seguidamente, na entrevista **A Mulher Negra e o Rejeito de Minério**, concedida a Maurício Santos, **Simone Silva** relata, da perspectiva das vítimas, o crime de Mariana, ocorrido em 2015, e de sua luta como mulher, negra, pobre, atingida pelo rompimento da barragem de Barra Longa, Minas Gerais. A militante do MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens conta do luto sofrido e da lama, expondo a violência de gênero, raça e classe que o crime perpetuou.

Concluimos esta seção com a entrevista **Movimento Sem-Teto da Bahia: moradia e direito à cidade**, concedida a João Pena e Céline Veríssimo por **Maura Cristina da Silva**, autodeclarada uma “cidadã sem teto”, entre São Paulo e Salvador, tendo escolhido esta última para viver. Da necessidade por moradia, nasceu a luta que a tornou uma importante liderança do Movimento Sem Teto da Bahia, o MSTB. Hoje, Maura da Silva é uma voz respeitável que tem demonstrado as desigualdades sociais e articulado ações fundamentais pelo direito à moradia e à cidade. Mulher negra e mãe-solo, a militante também afirma que essas não são quaisquer demandas. Pelo contrário, se trata de superar um altamente enraizado sistema patriarcal, simultaneamente machista e racista, no qual as mulheres negras ocupam a base da pirâmide social.

A seção de artigos se inicia com o texto **Ambiente, desigualdade e racismo**, no qual o professor **Henri Acselrad** resgata a origem do movimento contra o racismo ambiental nos EUA, complementando os diferentes aspectos desta contenda, explorados no **Caderno Maloca n. 03**. Neste texto, o autor salienta que o racismo ambiental é uma das manifestações do racismo que estrutura a sociedade tanto naquele país quanto no Brasil. **Acselrad** mostra que aqui, a noção de racismo ambiental tem se ampliado para além da localização das populações negras próximas a resíduos tóxicos, pois incorpora outras adversidades sofridas pela população indígena, negra e quilombola, tanto em zonas rurais quanto nas cidades. A política anti-ambientalista do governo Bolsonaro e os impactos da pandemia de Covid-19 também são aspectos adicionais que acirram os problemas existentes. Ao final, seu

texto aponta o crescimento, no país, da luta antirracista e das denúncias contra essa política anti-ambientalista, caminho que há décadas vêm sendo trilhado pelos movimentos sociais, especialmente os movimentos negros e indígenas.

Na sequência, em **Dois vírus que ameaçam a América negra**, do professor estadunidense **Robert D. Bullard**, traduzido por Céline Veríssimo e revisado por João Pena, são apresentados dados e reflexões sobre o contexto pandêmico nos Estados Unidos, evidenciando o maior grau de vulnerabilidade da população negra daquele país. Bullard afirma que esta foi a primeira vez que viu a convergência de tantas ameaças letais múltiplas derrubando pessoas negras. Considerado o “pai do racismo ambiental”, o autor mostra como a população negra, que até então era quem mais sofria o impacto da degradação ambiental, se torna aquela exposta a um maior grau de risco de morte pelo coronavírus.

Encerra este dossier, o texto **Racismo ambiental e a pandemia de Covid-19: notas sobre as desigualdades raciais e urbanas no Brasil**, de autoria de **João Pena** e **Céline Veríssimo**, traz reflexões sobre o contexto de vulnerabilidade em que se encontra parte da população brasileira, notadamente comunidades tradicionais na floresta, no campo e na cidade, sobrepondo as questões inerentes ao racismo ambiental com aquelas da pandemia de Covid-19. O autor e a autora apontam como o racismo ambiental tem produzido cidades desiguais, negando a grande parcela da população o acesso à infraestrutura urbana básica, e reservando-lhe as piores localizações. O texto apresenta algumas ações empreendidas por lideranças comunitárias e estudantes universitários e universitárias, a fim de divulgar informações sobre a prevenção do coronavírus. A partir de uma pesquisa sobre a vacinação em São Paulo, é revelada a incongruência entre os territórios mais afetados pela covid-19 e aqueles com maiores taxas de vacinação. Ambos defendem que as políticas urbanas devem ser orientadas por uma perspectiva antirracista.

Complementa a leitura, o texto-visual proposto por **Maicon Rugeri**, no cuidadoso projeto gráfico que valoriza artistas que têm debatido as questões ambientais por meio das expressões plásticas como **Aurora Beatriz, Gustavo Caboco, Conceição dos Bugres, Coletivo Makhu, Daiara Tukano, Jaider Esbell e Joseca Yanomami**. Em suas obras são exploradas e questionadas as complexidades das relações entre sociedade, identidade e meio ambiente, servindo, também, como catalisadores para amplificar imagens marginalizadas e despertar consciências.

Finalmente, vale apontarmos que a superação do patriarcado-racista-capitalista pode ser um bom caminho rumo a Yvy marã e'ÿ.



raposas e beija-flores

Jaider Esbell, Maikan e Tukui. Brasil, 2020.

20 JAIDER ESBELL



21
JAIDER ESBELI



a descida da pajé Jenipapo
do reino das medicinas
Jaider Esbell. Brasil, 2021.

s u m

entrevistas

18 **Alexandre Kuaray
Ivanildes Kereju**
**Retomando a ancestralidade
na aldeia Yyakā Porā**
por Céline Veríssimo e Elson André de Lima

34 **Simone Maria da Silva**
**A mulher negra
e o rejeito de minério**
por Maurício Santos

38 **Maura Cristina da Silva**
**Movimento Sem-Teto da Bahia:
moradia e direito à cidade**
por Céline Veríssimo e João Pena

á r i o

artigos

54

Henri Acselrad

**Ambiente,
desigualdade e racismo**

66

Robert Bullard

**Dois vírus que ameaçam
a América negra**

72

João Pena

Céline Veríssimo

**Racismo ambiental
e a pandemia de Covid-19:
notas sobre as desigualdades
raciais e urbanas no Brasil**



The background is a solid reddish-brown color. It features several abstract black shapes: a large circle in the upper right, a smaller circle in the lower left, and a large, irregular shape on the left side. A white laurel wreath is positioned in the upper right, overlapping the black circle. The text 'entre - vistas' is centered in the lower half of the image in a bold, white, sans-serif font. The word 'entre' is on the top line, followed by a horizontal dash, and 'vistas' is on the bottom line. The text is partially overlaid by the black shapes.

entre - vistas

Alexandre Kuaray

Retomando a ancestralidade na aldeia Yyakā Porā

entrevista por Céline Veríssimo e Elson André de Lima



Cineasta e liderança Guarani Mbya da aldeia Rio Bonito de Ubatuba, em São Paulo. Desde os 12 anos de idade desenvolve trabalhos audiovisuais, tendo bem compreendido que as filmagens permitiam representar as aldeias e o seu universo Guaraní, utilizando os documentários como forma de resistência e luta.

Ivanildes Kerexu

são paulo

Professora, artesã, mãe e liderança Guarani Mbya da aldeia Rio Bonito de Ubatuba, São Paulo. Atualmente é presidenta do Conselho Local de Saúde do Pólo Base de Ubatuba e integrante do Fórum das Comunidades Tradicionais da Região de Paraty, Angra dos Reis e Ubatuba.



— A entrevista às lideranças indígenas ocorreu no dia 12 de fevereiro de 2021, na Terra Indígena Jaexaá Porã, que inclui o Tekoá Boa Vista, no município de Ubatuba, Litoral Norte de São Paulo.

contem-nos sobre a trajetória de vida de vocês e como chegaram à liderança na Aldeia Yyakã Porã.

— **Ivanildes Kerexu:** Viemos do Pará porque o meu avô decidiu encontrar os nossos parentes. No Norte, vivíamos numa aldeia composta por outras etnias. Como o meu avô teve uma filha, que se casou com um não-indígena, ele fez um esforço enorme para virmos para São Paulo, de modo a evitar que a minha mãe se casasse com um *Juruá*. Quando lá chegaram, eles foram para a aldeia de Itariri, em Capoeirão, onde fizeram família. Quando eu tinha sete anos, fomos para o Espírito Santo. Mais tarde voltamos para São Paulo, para a aldeia do Bracuí e fomos, depois, para Arapongas. Entretanto, o meu avô ficou com a saúde debilitada e faleceu. Porém, o que ele mais queria aconteceu: a gente conseguiu viver na aldeia do povo Guarani Mbya, mantendo, até hoje, a nossa cultura viva. Se ele olhar para cá, vai ficar contente, porque **consequimos manter o sonho dele: a nossa tradição continua viva.**

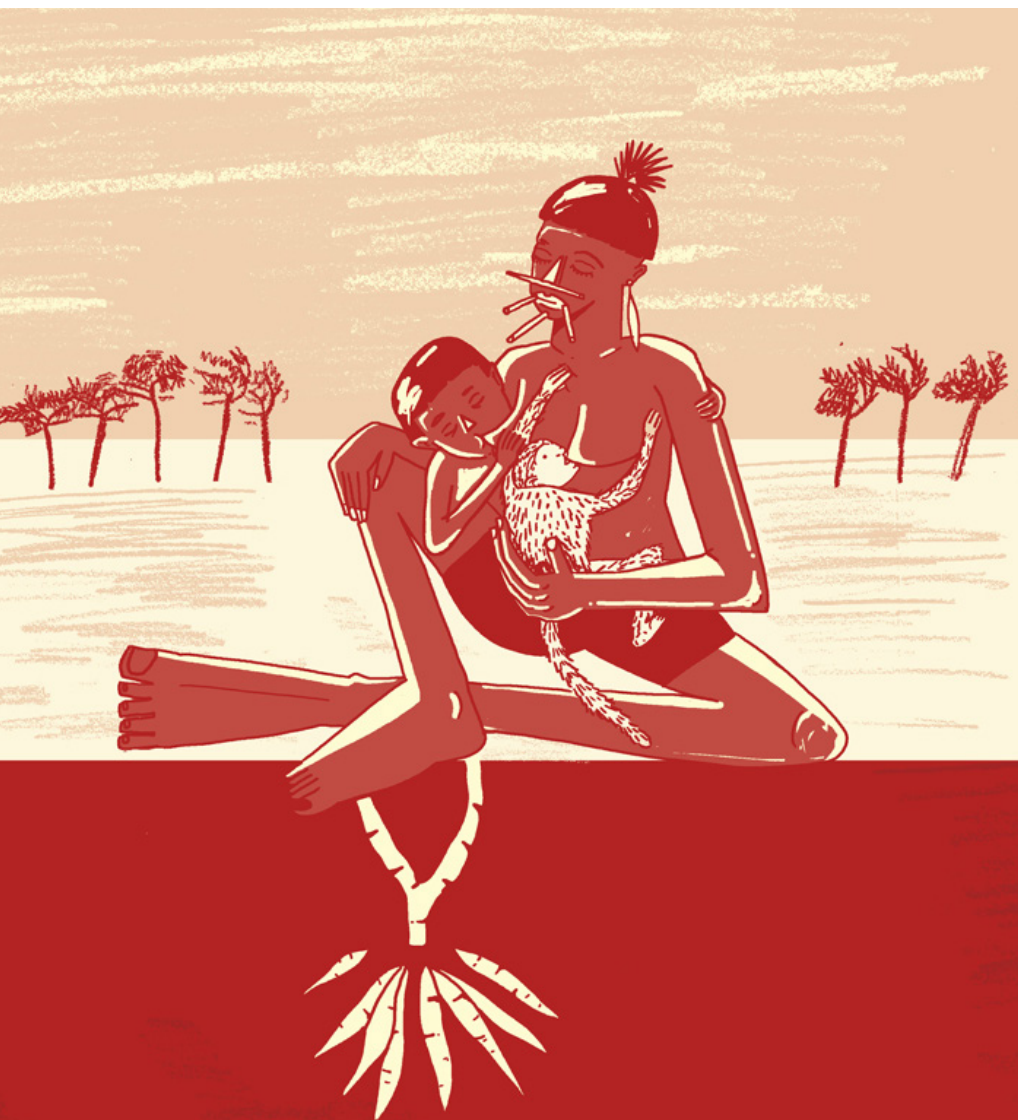
Hoje, os meus filhos vão para a Casa de Reza. Eu tenho irmãos que conhecem muito bem a nossa cultura e a nossa língua. Na minha trajetória de liderança, eu tive o prazer de ter os mais velhos - os *Jeramoy* e os Caciques. Nunca me tinha ocorrido que um dia eu iria falar numa reunião, debatendo os valores em que acredito. **A força que eu tenho, essa vontade, vem dos mais velhos.** Então, o nosso trabalho de liderança não é só defender a cultura, não é só estar falando para o *Juruá*. Liderança é trabalhar para ter estrada, saúde, escola e é também para dentro da aldeia. A nossa preocupação é preservar nossa cultura. Algumas tecnologias entram dentro da nossa aldeia, impedindo os e as jovens de terem iniciativa própria. Como liderança, hoje em dia temos uma grande variedade de preocupações. Temos essa capacidade de liderar porque temos a comunidade, trabalhamos todos juntos e juntas. **A liderança serve para ver o caminho, para olhar no horizonte, para ver o mundo mais amplo. Porém, é a comunidade que dá força e que faz acontecer.**

— **Alexandre Kuaray:** Para mim, foi olhando muito as pessoas. Eu fui amadurecendo nesse processo. Passei a enxergar as coisas de outro ângulo, vendo uma perspectiva maior. Comecei a ver outros jovens fazendo vídeos e edição e, o meu sobrinho, produzindo audiovisual. Eu não participava. No entanto, de vez em quando, eu acompanhava para aprender. Até que nós filmamos um pequeno vídeo, que eu editei num celular velho, e a comunidade gostou muito. A gente percebeu que esse vídeo tinha rodado bastante nas aldeias. A partir daí, eu comecei a me dedicar a sério para o audiovisual, como uma forma de luta para a minha e para outras aldeias. Passei a frequentar cursos e a criar vídeos gratuitamente para outras pessoas.

Então, ao participar das reuniões locais, municipais e, mais tarde, nas reuniões da Comissão Guarani Yvyrupa, eu acabei por me tornar comunicador da Comissão Guarani Yvyrupa, como coordenador regional. Estou concretizando esse sonho de criança, de estar na frente das lutas do meu povo, tendo o audiovisual como ferramenta. Eu circulo bastante e sempre converso com os jovens sobre a importância do audiovisual.

como é morar na Aldeia Yyakã Porã?

— **Alexandre Kuaray:** A gente estava em Paraty Mirim, quando tivemos alguns problemas de convivência dentro da aldeia, com outras lideranças. Em paralelo, tínhamos sabido que estavam ampliando o território da Reserva Indígena da Boa Vista, aqui na aldeia. Era uma terra que já tinha uma portaria declaratória, para onde vinham muitos artesãos e artesãs. Quando eu vim com a minha irmã, vimos que a terra era boa, então viemos com parentes do Rio Silveira, perto de Bertiooga, limpamos o mato e nos instalamos. Porém, vimos que as dificuldades eram muitas, porque não tinha energia, encanamento de água, nem casa. Ficamos um mês assim, numa barraca de lona e tal, com medo porque tinha umas pessoas que reclamavam. Alguns resolveram voltar para as casas deles. Nos primeiros meses, ficamos



sem título (o retorno à terra)
Gustavo Caboco. Brasil, 2017.

só eu, a Priscila e o Alex, meu filho. Depois começaram a chegar minhas irmãs. A minha mãe demorou para vir, até, finalmente, conseguimos trazer toda a família. Foi uma luta para trazer, para a família se acostumar, mas conseguimos. Agora, **falta que o ministro da justiça [André Mendonça] assine para ser definitivamente uma terra indígena.**

— **Ivanildes Kerexu:** O nome da aldeia é *Yyakã Porã* porque logo que a gente chegou ali na entrada, fomos limpando até chegar no rio, **onde olhamos e falamos: Yyakã porã, que significa “rio bonito”.** **Ficou esse nome.** No início, a gente morou 15 anos na aldeia de Paraty Mirim. Com o tempo, eu me tornei professora e trabalhei como agente de saúde. Durante nove anos, fui presidenta da associação da aldeia, integrando, hoje, o **Fórum das Comunidades Tradicionais.** A gente sabe que o ser humano tem aquele lado às vezes ruim, independente de ser indígena ou não. Por esse motivo, eu sofri muito na pele. Por mais que a gente tente fazer as coisas melhores acontecerem, sempre vai ter alguém querendo puxar o tapete. Decidimos nos mudar para esta aldeia, quando o Alexandre apresentou a proposta de **trazer as pessoas para a divisa para proteger a natureza e não deixar o Juruá entrar** [madeireiros]. Eu sempre tenho essa fé de que o sonho é o melhor caminho. Com o meu tio, que é ancião, eu sempre falava:

— **Tio você vai ter que rezar e vamos ver como vai ser teu sonho aqui: se a gente vai se dividir ou vamos ter um lugar para viver todos juntos.**

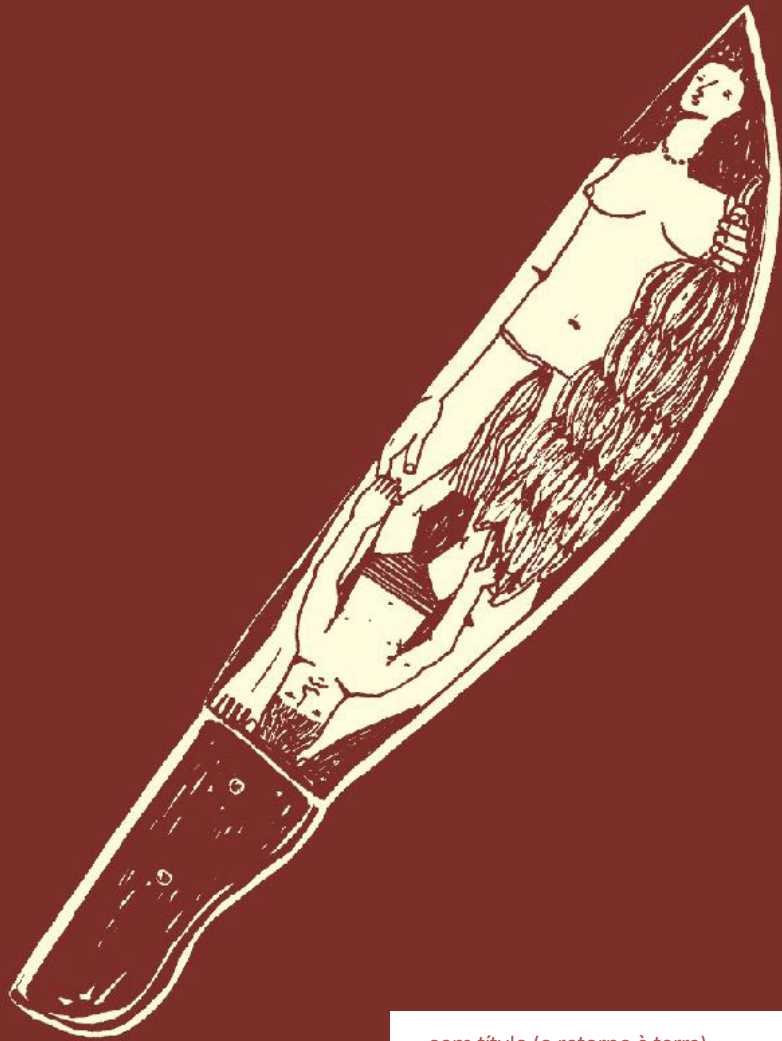
O meu tio, então, teve um sonho e disse: **“lá vai ser o nosso lugar”.** **Ele sonhou que Nhanderu tinha construído um cercado, onde a gente poderia viver em paz.** Quando Nhanderu quer - ao fazermos coisas boas - **Nhanderu está sempre ali para nos guiar.** Até hoje, não sofremos nenhuma ameaça. Os Juruá daqui são amigos e vivemos em paz. Na aldeia estamos juntos, temos a nossa Casa de Reza, casas, rocinha onde plantamos *Axi Ete’i*, que é milho verdadeiro, tudo o que Nhanderu nos reservou. Na Casa de Reza, os pajés falam **“aqui foi Nhanderu que iluminou para vocês; aqui vocês vão viver muito bem; aqui é o espaço que Nhanderu reservou para vocês”.**

para o povo Guarani Mbya qual é o papel da mulher na organização da Aldeia?

—— **Ivanildes Kexeru:** O papel da mulher é tudo: é orientar, é cuidar. Eu acho que, na maioria das vezes, a mulher é tímida e não fala na frente do *Juruá*. Porém, dentro da aldeia, na maioria das vezes, é a mãe e a avó que orientam os mais jovens. Na Casa de Reza, sempre vejo as mulheres anciãs passando conhecimento para os mais jovens, netos e netas. A mulher sempre cuida do conhecimento tradicional, da religião e até dos homens. Antigamente, na nossa educação tradicional, era a mulher que educava. Quando os homens iam para os matos, a mulher ficava na aldeia e tinha que fazer a farinha para quando o marido chegasse com as carnes de caça. Esse era o nosso ensinamento, a mãe ensinava as filhas para serem caseiras. Quando, na nova geração, a mulher é liderança e sai para uma reunião, a primeira coisa a fazer é conquistar a confiança das pessoas. Eu sei que o meu cargo vem com muita responsabilidade. Nas lideranças, a nossa principal intenção é sempre trazer o melhor para a nossa comunidade, para que se sintam orgulhosos de quem são. No entanto, existem pessoas mais velhas e outras mais conservadoras, reclamando: “nossa, mas a sua esposa está saindo. Você deixa isso acontecer?”. Com o tempo, todos foram entendendo que eu estava indo em prol dos nossos direitos, da nossa cultura, da nossa terra, mas não foi fácil. Hoje em dia, as mulheres que me criticaram, me elogiam. Essa é uma feliz vitória.

quais têm sido as prioridades da comunidade e as principais lutas antes e desde que estão na liderança?

—— **Alexandre Kuaray:** A maior dificuldade na aldeia é a falta de infraestrutura básica. Os dias de chuva são muito difíceis, porque não temos água potável, saneamento, nem sequer banheiros adequados. Nunca tivemos conflitos, pelo contrário, temos tido sempre o apoio dos quilombolas que estão do lado da Terra Indígena. Os quilombolas falam que a nossa vinda para cá foi boa, porque antes tinha uma trilha de caçadores muito grande nesta região, que, entretanto, já dimi-



sem título (o retorno à terra)
Gustavo Caboco. Brasil, 2017.



sem título (o retorno à terra)
Gustavo Caboco. Brasil, 2017.

nuiu bastante. Outro grande problema tem a ver com o difícil acesso à aldeia - **a única ponte de balanço que a gente tinha foi levada pelo rio na última enchente. Agora, sempre que chove ficamos ilhados - não tem por onde passar.** Uma alternativa seria atravessar uma fazenda que faz divisa com a reserva e que vai ser desocupada. Porém, o atual posseiro não permite a nossa passagem por lá. **Tirando essas questões, nós estamos muito bem.**

—— **Ivanildes Kexeru:** Eu penso que o que falta mesmo é o atendimento básico. O saneamento, que ainda não temos, é tutela da Secretaria Especial de Saúde Indígena. **Estamos sem posto de saúde.** Apenas temos uma equipe de saúde que faz atendimento uma vez por semana, sem espaço próprio para a comunidade ser bem atendida. Temos feito iniciativas junto à prefeitura, nos aproximando e conhecendo as pessoas que trabalham lá, inclusive recentemente, porque com as chuvas fortes, o rio levou a ponte que tínhamos. **Estamos pleiteando os nossos direitos, estamos fazendo o projeto de estrutura para construir casas, uma escola para ensino infantil e um posto de saúde na aldeia.** Lutamos, embora sabendo que tudo tem o seu tempo.

como foi a pandemia de Covid-19 nas aldeias da região?

como vocês veem o futuro do mundo indígena depois da pandemia?

—— **Ivanildes Kexeru:** No início da pandemia teve uma oficina do pessoal da Secretaria Especial de Saúde Indígena para explicar um pouco sobre a COVID-19 e como nos prevenirmos do vírus. Como liderança, apelamos para que as pessoas tivessem a sua própria consciência. Foi duro manter as pessoas na aldeia, mesmo eu alertando que não era para ficar saindo, só em caso extremo. No início houve uma pessoa com COVID-19 que foi curada. Não teve mais nenhum caso até agora. **Depois da pandemia, eu quero visitar os parentes mais velhos; é mais valioso ter as pessoas que a gente gosta por perto.** O que a pandemia fez foi afastar-nos uns dos outros, por isso o mais

importante para mim é ficar perto dos parentes. Houve aqueles que se foram com a pandemia. **Foi muito custoso, para as aldeias, perder os caciques que essa doença levou, mas temos que seguir em frente.**

como é organizar a luta dos Guaraní Mbya?

— **Alexandre Kuaray:** A nossa organização interna é boa. A maior dificuldade foi atender à necessidade de prevenção, durante a pandemia. Nesse caso, a Organização da Comissão Guarani Yvyrupa foi fundamental. No ano passado, houve eleição para novos coordenadores, que estão trabalhando junto dos antigos coordenadores, de modo bem articulado e apoiado. Assim, as cestas básicas para as aldeias do Sul ao Sudeste, têm continuado. **Todos se empenharam bastante para fazer as cestas básicas chegarem em todas as aldeias durante a pandemia.**

— **Ivanildes Kexeru:** Eu sigo a Organização Guarani Yvyrupa na página do facebook e na documentação que vou acompanhando. Eu acho que **precisa ter maior diálogo com as comunidades, na partilha de mais informações, pautas presentes e futuras, atividades e agendas às lideranças das aldeias. Porque até o momento, a principal luta é a da demarcação de terras,** essa é a bandeira da comissão, que nem tem financiamento próprio.

Quando tem assembleia, nós nos esforçamos para ir, porque somos militantes e é o nosso dever enquanto liderança. No entanto, o problema é que a comissão não passa as informações para a base, nem durante a pandemia. Por exemplo, apesar da comissão ter feito uma campanha para a distribuição comunitária das cestas básicas, senti falta da comissão repassar a situação de cada aldeia, porque ficamos isolados e não sabíamos a situação das outras aldeias. Acabando a pandemia, quero me aproximar da Comissão porque é um espaço de discussão, de saberes sobre a nossa cultura, onde os mais velhos repassam os seus conhecimentos.

Há 10 anos faço parte do **Fórum das Comunidades Tradicionais aqui de Paraty, Angra e Ubatuba, que integra os povos indígenas, caiçara e quilombola.** Embora tenhamos algumas opi-



— sem título (o retorno à terra)
Gustavo Caboco. Brasil, 2017.

nões diferentes, todos ali estão para construir, fortalecendo as comunidades na luta pelos nossos territórios e direitos.

aprendendo com o passado, que conselho você daria para a juventude, para avançar na luta?

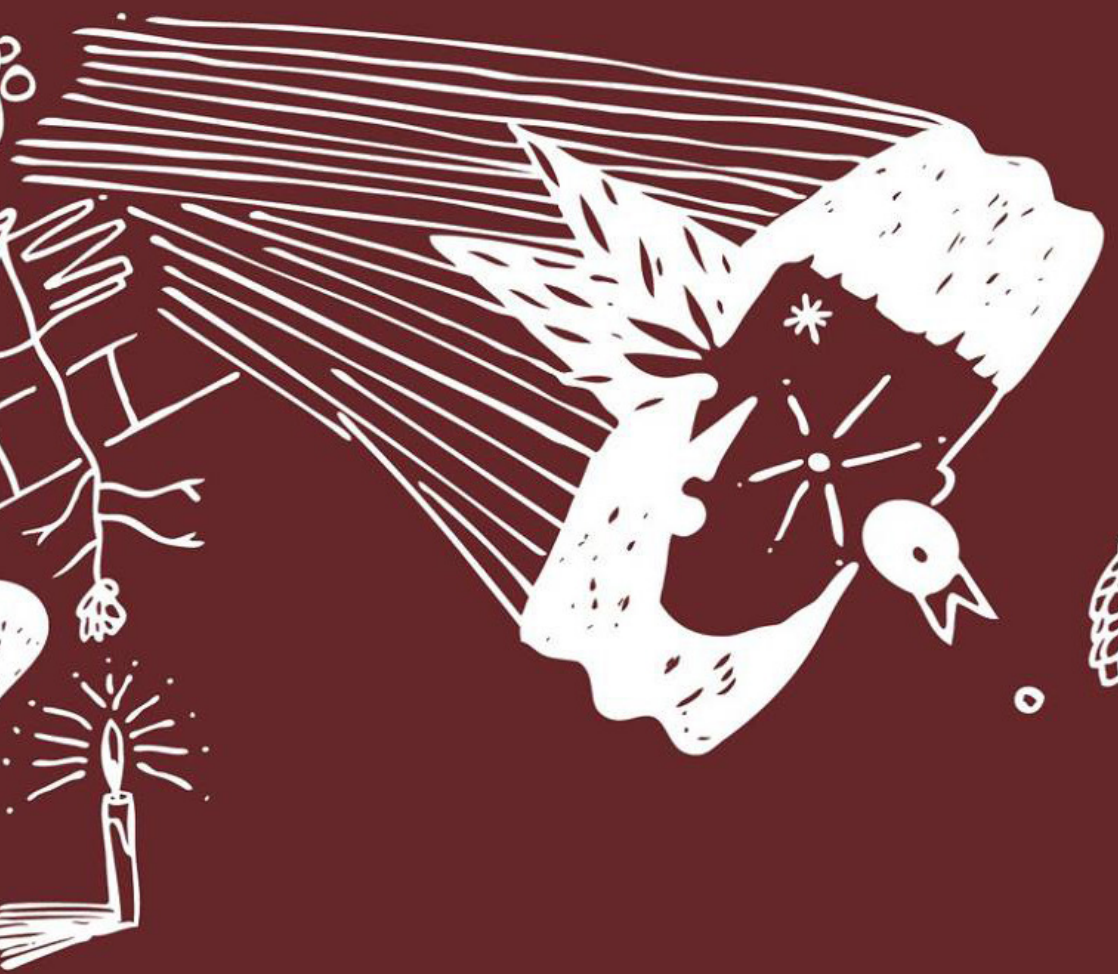
qual a diferença entre ser Guaraní e ser branco, e ainda, ser brasileiro ou brasileira?

—— **Ivanildes Kerexu:** Em primeiro lugar, temos que ouvir os mais velhos. Depois, a juventude tem que ter muita responsabilidade e pensar no que os mais velhos fariam. O futuro está nas mãos deles. Eles e elas que vão dar seguimento ao conhecimento que temos hoje, vindo dos mais velhos, porque senão, daqui 100 anos não vai sobrar nada da nossa cultura. A diferença entre o Guaraní e o Juruá, é que o Guaraní acredita numa “Terra Sem Mal”. Nós acreditamos na terra que existe além do oceano. O Juruá só acredita na sua fortuna, não é verdade? Para eles, o *pirá piré* - dinheiro, é a única coisa que importa. Para o povo Guaraní, não. Acreditamos que um dia iremos alcançar essa “Terra Sem Mal”, onde não vamos sentir fome, não vamos ficar doentes, só vai ter coisa boa.

—— **Alexandre Kuaray:** Ser guarani é algo muito forte, porque além do povo guarani ser também brasileiro, nós somos o povo que cuida de tudo ao seu redor. Respeitamos a natureza como quem respeita a sua mãe, os anciãos, as crianças. Respeitar o próximo significa saber ouvir para procurar os melhores conselhos antes de decidir. Isso é uma disposição própria, com a liberdade e direito de querer saber mais sobre as coisas da vida, sobre o que é e o que não é importante, com os mais velhos. Essa é a nossa base. Ser um *Juruá* é ter uma cabeça muito diferente, porque hoje em dia as crianças Juruá nascem para estudar sem tempo para brincar e pensar o mundo em que vivemos. Elas aprendem muito, só que aprendem o que a sociedade moderna quer que aprendam. Já com uma cabeça pré-definida, o pensamento do Juruá quando cresce preocupa-se mais com o lucro, do que com a saúde da terra. Eu tenho orgulho de ser Guaraní,

porque todo dia eu acordo com os pássaros cantando, me sinto parte da natureza. Se eu vejo um pé de mamão ali, sei que posso ir lá arrancar, não preciso pagar para comer. Tem Juruá com o pensamento do povo Guarani, só é pena que são poucos. É por isso que vivemos nesse caos no Brasil, que não avança. Estamos parados no mesmo lugar.

Enquanto tentamos defender o pouco da natureza que temos, outros vêm com toda a força para saquear o que estamos defendendo há mais de mil e quinhentos anos.





sem título (o retorno à terra)
Gustavo Caboco. Brasil, 2017.

Simone Ma

A mulher negra e o rejeito de minério

entrevista por Maurício Santos



Professora da rede municipal de ensino de Barra Longa, em Minas Gerais, mãe-solo da Sofia, que se encontra em tratamento médico por contaminação de metais pesados. É atingida pelo crime de Mariana e militante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

ria da Silva

são paulo

— No filme *Arpilleras: Atingidas por Barragens Bordando a Resistência*, de Adriane Canan, sobre crimes ambientais e desabamento de barragens, **Simone Maria da Silva** é uma das cinco mulheres entrevistadas. Em seu relato, a atingida conta detalhes sobre o luto e a lama, em decorrência do crime da Vale/Samarco/BHB, ocorrido em 2015, na região de Mariana, Minas Gerais. A militante do MAB também denunciou as violências de gênero, raça e classe implicadas na luta para resgatar condições dignas de cotidiano para todos os atingidos, nomeando o racismo ambiental em Barra Longa.

pode Simone Maria da Silva, mulher negra pobre e militante do MAB, falar?

— Não foi fácil encontrar um espaço de fala após o crime da Vale/Samarco/BHB, entretanto consegui por meio MAB. Me tornei militante do movimento após o crime, quando o MAB me auxiliou, mostrando um caminho de empoderamento. Ser mulher negra de alto de morro não é fácil, existe muito racismo e muito preconceito. Eu costumo dizer que a Simone de antes do dia cinco de novembro [dia do crime] não existe mais, ficou só nas lembranças e nas fotografias. A Simone de hoje é outra mulher: sou uma mulher empoderada, mas triste, uma mulher que luta, mas de luto.

Os crimes sempre aconteceram ao longo da história, não é mesmo? Em Minas Gerais, foi o crime da Vale/Samarco/BHB, em Mariana, no dia 5 de novembro de 2015 e, outro crime, também da Vale/Tiv Süd, no dia 25 de janeiro de 2019, em Brumadinho. Quando aconteceu o episódio lá em Brumadinho, eu fui a Brasília gravar um vídeo. Parecia que eu já sofria por antecipação, pois o que aconteceu em Brumadinho podia acontecer em outros lugares; também **por já conhecer o processo violento das perdas, inclusive de direitos, no qual a vítima vira bandido ou réu e o verdadeiro criminoso [a Vale] se coloca como vítima.** A empresa tem todo o amparo da justiça, do governo, dos governantes e nós, os atingidos, ficamos no prejuízo. **Eu mesma, atingida, me tornei ré, porque a Vale/Samarco/BHB me processou, por eu denunciar o crime que eles cometeram.**

é sabido que a mineradora Vale/Samarco/BHB retirou o rejeito de lama, colocando-o próximo a Barra Longa, uma comunidade pobre, cuja maioria é negra.

a senhora poderia comentar a respeito?

— Aqui em Barra Longa aconteceu o crime de racismo ambiental: **a lama foi retirada da parte nobre da cidade e levada para os altos dos morros, para o Parque de Exposição, onde moram as pessoas pobres e pretas. Ou seja, a lama subiu o morro! Ainda tem pilantra que diz que não somos atingidos, porque estamos longe do rio.** Como não somos atingidos se o rejeito está na porta de nossas casas? É um processo violento, que mata, separa e exclui. Eu já fui intimidada várias vezes, até cheguei a receber ameaças. **Quando eu comecei a reclamar que a minha filha estava contaminada pelo rejeito da lama, afirmaram que eu era louca; marcaram consulta de psiquiatra para mim; informaram que o meu caixão já estava comprado.** Também fui intimidada por participar de reuniões. **O fato de eu ser mulher, negra, pobre e ocupar um espaço de fala, incomoda muita gente.** São vários os processos violentos que tenho sofrido como atingida por barragem da mineração em Minas Gerais.

no documentário *Arpilleras* você interagiu com mulheres de vários lugares e países. Poderia comentar o que une estas vozes?

—— Conheci pessoalmente várias outras mulheres no Encontro Nacional do MAB, no Rio de Janeiro. Eu aprendi muito com todas elas. Porém, o que mais me marcou foi o relato de uma companheira, taxada de vagabunda, apenas pelo fato de ir para luta. Eu passei pelo mesmo aqui. Isso é muito violento. Na hora que eu estava lutando pelos nossos direitos, pelo reconhecimento do adoecimento da minha filha, o meu ex-marido arrumou outra mulher e me deixou. Por isso, eu me identifico muito com ela e com tantas outras que também sofreram muita injustiça.

Maura Crist

Movimento Sem-Teto da Bahia: moradia e direito à cidade

entrevista por Céline Veríssimo e João Pena



Mulher negra paulista radicada em Salvador, onde tem atuado incansavelmente pelo direito à moradia daqueles e daquelas que, hoje, têm suas vidas marcadas pelo racismo e pela desigualdade. Graduada em psicologia, mãe, gestora, fundadora e integrante da Articulação do Centro Antigo de Salvador, além de coordenar o Movimento Sem Teto da Bahia - MSTB.

—— **Maura Cristina da Silva** tem sido relevante para o debate sobre o direito à cidade e os problemas enfrentados pela população negra em Salvador, não restritos à luta pela moradia adequada. Em 2019, a militante foi candidata ao cargo de ouvidora-geral da Defensoria Pública do Estado da Bahia, ficando em terceiro lugar. Atualmente, ela exerce o cargo de assessora parlamentar da Câmara de Vereadores de Salvador, mantendo, em paralelo, a atuação junto aos movimentos sociais. Nesta entrevista, **Maura Cristina da Silva** nos conta sobre sua trajetória, o MSTB, as dificuldades enfrentadas pelo movimento e as perspectivas para o futuro.

conte-nos um pouco sobre sua trajetória de vida e o processo que te levou a participar de uma ocupação do MSTB.

—— Sou de São Paulo, sem nenhuma descendência sanguínea na Bahia, a não ser a minha ancestralidade. Saí da casa do meu pai muito jovem. Por muitos anos morei de várias formas, dividindo despesas, aluguel, de favor, vaga em pensão, etc. Esta situação sempre me levou a estar de mudança e, muitas vezes, em processo de despejo. **Conciliar aluguel, alimentação,**

faculdade e outras despesas era, e ainda é, muito difícil. Portanto, quando saí da casa do meu pai, me tornei uma cidadã sem-teto.

Em minha trajetória de busca por moradia, encontrei a Cooperativa Pró-Moradia de Osasco, um projeto de autoconstrução, com duas mil famílias. Em parceria com a Universidade de São Paulo, o projeto permitiu o meu entendimento do direito à moradia e uma percepção de que sempre fui sem-teto, me levando **a mergulhar e pesquisar o direito à terra após a pseudo abolição** [da escravidão]. **Esta compreensão foi fundamental para entender o processo de escravização do povo negro, a reparação que não foi feita até os dias atuais e o quanto este país é racista.**

Desde os anos de 1980, entre idas e vindas, morei a primeira vez em Salvador, por dezoito anos. A segunda vez, por quinze anos, já somando 33 anos. Nesta última vinda, definitiva, cheguei em dezembro de 2016, com uma criança de sete anos, com a certeza de que era esta a cidade para criar o meu filho e terminar a minha vida. Quando retornei com meu filho, buscando moradia, inicialmente, fiquei hospedada no Alto das Pombas. Logo em seguida me mudei para o Pelourinho, para a casa de uma grande amiga-irmã. **No mesmo período, aconteceram algumas ocupações do MSTB, inclusive esta na qual moro até hoje.** É a partir da aproximação com algumas das mulheres que ocuparam e em diálogo com uma das lideranças - hoje forte parceira em defesa do direito à moradia -, que me mudo para a ocupação, compondo a luta no prédio.

No princípio, houve muitos conflitos e disputas, tanto com o Estado quanto com a polícia ou a comunidade, o que me levou cada vez mais para o enfrentamento. No mesmo ano, no Congresso no MSTB, eu fui indicada para Comissão de Ética e não pude mais parar. Depois veio o III Congresso, de onde saí como Coordenadora Estadual. Desde então, faço a luta por direito à moradia, que não se limita só a ter a casa.



— sem título
Conceição dos Bugres. Brasil, s/d.



sem título

Conceição dos Bugres. Brasil, s/d.

**o que leva as pessoas a ficarem sem teto,
a chegarem a esse ponto de vulnerabilidade social
e como se constrói a ação do MSTB?**

— **Lutamos porque, enquanto uns moram em mansões, nós moramos em barracos, moradias precárias ou não temos nem onde morar!** Faltam políticas públicas para habitação, há um grande déficit habitacional e muita desigualdade, sem mencionar a reparação para o povo negro - que não houve, no pós-pseudo-abolição, com mais de 300 anos de trabalho forçado. É só observar quem ocupa: saímos sem direito à terra e à semente, falta educação, trabalho e renda. **A situação de vulnerabilidade não é uma opção, é seguir em frente e lutar por direito, ocupando terrenos, casarões abandonados e dando o fim social que está no artigo 6º da Constituição.**

Quem Somos? Somos mulheres e homens, em sua maioria negras e negros, trabalhadores informais e domésticas, que **vivemos em bairros com ruas sem asfalto, iluminação e saneamento básico e com esgoto a céu aberto, enquanto os bairros de elite, mesmo já tendo tudo, continuam sendo o foco de melhorias.** Vivemos sem segurança, sem creche, sem estrutura de educação - nas escolas as crianças aprendem apenas a obedecer e aceitar as coisas como elas são. **Somos quem luta porque a cor da nossa pele é motivo de abordagens truculentas da polícia. Somos quem não sabe se nossos filhos negros vão voltar para casa.**

Quantos somos? Infelizmente, vou ficar devendo esta informação. Porém, segundo um estudo da Fundação João Pinheiro, **o déficit de habitação na Região Metropolitana de Salvador em 2019 era de mais de 107 mil imóveis.**

Quem são os parceiros e parceiras? São as universidades, vereadores, vereadoras, deputados e deputadas da oposição, organizações de apoio a causas sociais. Também outros movimentos sociais, inclusive, a Articulação do Centro Antigo é a junção de alguns movimentos do centro histórico: MSTB,

Gamboa, Artífices, Moradores do Dois de Julho e Vila Coração de Maria, Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico, entre outros.

há um enorme descompasso entre a demanda e a oferta de moradia, ou seja, existem muitos imóveis vazios nas cidades brasileiras e, por outro lado, há muita gente sem casa.

como você avalia essa situação?

— A sociedade capitalista dá conta de responder: fazemos a cidade funcionar, trabalhamos na construção civil, no comércio, dirigindo transportes, fazendo limpeza e segurança, no entanto, não recebemos um salário que dê conta das nossas necessidades. Toda a riqueza que produzimos fica nas mãos de poucos. Existe um modo de vida no qual a maioria das pessoas não tem praticamente nada e alguns poucos concentram a riqueza produzida pelos trabalhadores. Isto se chama sociedade capitalista, desencadeando especulação imobiliária, expulsão, gentrificação e por aí vai.

Com relação aos imóveis vazios, não sei quantos existem em Salvador. No Centro Histórico, obtive uma última informação de 136 vazios, mas acredito que tenha muito mais.

como é morar na ocupação?

— Falo da minha experiência, porque cada ocupação tem as suas especificidades. A nossa ocupação tem 15 anos de resistência. Como já somos “adolescentes”, estamos consolidados com a comunidade, que nos tem respeito. No passado, a vizinhança não nos admitia e não nos entendia. Hoje, temos até moradores e moradoras da região que participam da formação política da gente. A polícia, ainda que preconceituosa, sabe e conhece nossa ocupação. No entanto, estamos sempre em atenção quanto à reintegração de posse.

Em 2010, fizemos uma caminhada, de Coutos à Governadoria, exigindo posição sobre as nossas ocupações. Fomos recebidos por uma mesa que ficou estabelecida, no governo Wagner, para todas as ocupações do MSTB. A cada quinze dias sentava uma comissão com técnicos e técnicas para trabalhar e encaminhar. Após algum tempo, uma vez no



— sem título
Conceição dos Bugres. Brasil, s/d.



sem título —
Conceição dos Bugres. Brasil, s/d.

mês. Depois, de dois em dois meses e, agora, somente quando há interesse em negociar algum território. Desta forma, estamos sempre apreensivos. Quanto às outras ocupações, para além do receio, algumas estão em processo de reintegração, de disputa interna e externa. Há, com frequência, uma postura machista, mesmo sendo a ocupação uma atitude de mulheres.

embora a política urbana brasileira tenha como uma de suas diretrizes evitar que imóveis continuem ociosos nos centros urbanos e proporcionar moradia digna para todos e todas, a população pobre continua sendo empurrada para a periferia em conjuntos habitacionais com infraestrutura precária, sendo que muitos e muitas permanecem sem-teto.

na sua opinião, por que isso continua acontecendo?

—— Voltamos a refletir sobre o sistema capitalista. Esta forma de expulsão dá tão certo que nem se muda a estratégia. É sempre nos retirando de regiões onde há interesse [do capital] no território. Os moradores são expulsos para a periferia em situações indignas, sem projeto para moradia popular, enquanto obras faraônicas são negociadas. Vimos isto, com a Suburbana, com a instalação do VLT. Em nome do progresso, as vidas, histórias e memórias não são valorizadas. Isto é o sistema capitalista!

num país machista, capitalista e racista, como é ser uma mulher negra como liderança do MSTB?

quais têm sido os seus maiores desafios, vitórias e derrotas nessa luta?

—— Que pergunta interessante! Estou respondendo a esta entrevista hoje, no dia 08 de março, o Dia da Mulher, e trago para nosso diálogo o livro *O Perigo de Uma História Única*, da escritora Chimamanda Ngozi Adichie. Se o símbolo do dia 08 de março de 1911 é um grupo de operárias em Nova Iorque, na-

quele período nós, mulheres negras, com certeza não estávamos entre essas operárias, portanto, essa celebração não tem relevância para nós mulheres negras. Nesta sociedade, temos o menor salário da pirâmide, somos vítimas de violência obstétrica, de mortalidade materna, carregamos o mito de que somos fortes, recebendo por isso menor dose de anestesia. Em um percentual grande, somos mães solteiras e, por fim, somos nós que temos a necessidade e coragem de ocupar imóveis e terrenos.

Nos convertemos em lideranças por circunstância da violência em todos os aspectos: machista, policial, racial, nos tornando fortes na união. Portanto, não há apenas uma liderança em uma ocupação, mas sim várias companheiras. **O desafio na ocupação é ganhar na justiça o direito ao imóvel e não ter a insegurança de, a qualquer momento, sofrer uma reintegração de posse.** A vitória é termos a comunidade a nos respeitar e estarmos resistindo há 15 anos - isto faz com que outras pessoas compreendam e venham para a luta. Seguimos na resistência, fazendo com que passemos de invasoras a ser reconhecidas como cidadãs de direitos.

fala-se que a pandemia é democrática. contudo, as pessoas em vulnerabilidade social têm sido muito mais afetadas, de diversas formas.

neste contexto, quais têm sido as maiores dificuldades enfrentadas no dia a dia nas ocupações?

— Mais uma vez temos que refletir com a escritora Chimamanda Ngozi Adichie. Esta história [de democracia da pandemia] não é verdade mesmo, pois **a COVID-19 também se movimenta a partir das classes.** A maior parte das moradias são precárias; os barracos, pequenos, com famílias enormes. É importante salientar que, em sua maioria, são famílias negras. A alimentação não é nada saudável, o fornecimento de água é precário ou não existe, o esgoto é a céu aberto, há desemprego, etc. Ao mesmo tempo, famílias de bairros de classe média a ricos não sofrem com estas questões. Portanto, **a COVID-19 não é igual para todos e todas.**



— sem título
Conceição dos Bugres. Brasil, s/d.

Além disso, **o maior desafio é a fome!** No meu território, o Pelourinho, as companheiras são trançadeiras, guardadoras de veículos, vendedoras de cafézinho ou de cervejas, diaristas, então, **não há trabalho; comer é o maior desafio.** Nós, do MSTB, estamos enfrentando a pandemia com arrecadações de alimentos. Alguns projetos [sociais] nos proporcionaram trabalhar com cartilhas para orientação, confecção de pias com água e sabão, arrecadação e distribuição de máscaras e álcool, além de uma parceria incrível com o campo, recebendo cestas agroecológicas.

olhando para o futuro, em que direções você vê o MSTB avançar frente ao crescente conservadorismo no Brasil?

— Eu presenciei muitas mudanças na sociedade, de modo que não acredito no fim do mundo e, sim, em transformações. **A história conta que a transformação de sociedades conservadoras e a queda do fascismo será vencida com a resistência popular.** Eu acredito! Neste momento, estamos organizando nossas lideranças com a tecnologia e trocando informações com formação política. Tenho muita esperança e fé que **organizar, ocupar e resistir é o caminho!**



— sem título

Conceição dos Bugres. Brasil, s/d.

The image is an abstract graphic design. It features a background of a solid reddish-brown color. In the upper portion, there is a large, white, rounded shape that resembles a stylized cloud or a wave. Inside this white shape, there are several dark red, rounded, mountain-like or cloud-like forms. Below this, the word "arti" is written in a bold, white, lowercase sans-serif font. The bottom half of the image is dominated by a large, black, wavy shape that flows across the frame. Within this black shape, there is a white, rounded, organic form. On the left side, a thin white line extends upwards, ending in a small, stylized flower with three petals. Scattered throughout the composition are several small, white, teardrop-shaped elements, some of which appear to be floating or falling. The overall aesthetic is minimalist and modern, with a strong emphasis on geometric and organic forms.



gos

Henri Acse

Ambiente, desigualdade e racismo¹



Professor do IPPUR/UFRJ.

¹ Com base na publicação *A Terra É Redonda: eppur si mueve*, 20/12/2020.
Disponível em: [atteraeredonda.com.br/ambiente-desigualdade-e-racismo](https://terraeredonda.com.br/ambiente-desigualdade-e-racismo)

— A desigualdade ambiental atinge os despossuídos e despossuídas na expropriação de seus ambientes e nas condições de precariedade que caracterizam sua localização nas cidades.

A noção de Justiça Ambiental foi desenvolvida, nos anos de 1980, como uma categoria de denúncia vocalizada pelo movimento negro estadunidense. Ela punha em questão a distribuição desigual dos benefícios e males da produção de mercadorias: os rendimentos ficam para as pessoas brancas de alta e média renda, enquanto os resíduos poluentes são destinados a áreas habitadas por comunidades negras e pobres. Em entrevista concedida à antropóloga Cecília Mello em setembro de 2001, publicada no Boletim Políticas Ambientais do IBASE, Robert Bullard, sociólogo ligado ao movimento de justiça ambiental dos EUA, afirmou que em 1978, quando vivia em Houston, as pessoas começaram a olhar em volta e

ver onde os aterros sanitários eram localizados, onde incineradores eram alocados. Assim, descobrimos que essas coisas só eram alocadas em bairros pobres e de maioria afro-americana. Não só a terra era mal distribuída, como era distribuída seguindo um padrão muito previsível. E foi assim que a ideia de discriminação ambiental começou a surgir. Discriminar é contra a lei. Portanto, falamos que a discriminação ambiental e o racismo ambiental são ilegais e devem ser vistos como outras formas de discriminação.

Isto é, ao observar a regularidade pela qual caminhões transportavam lixo tóxico para depositá-lo em bairros de população negra, o movimento levantou a hipótese de que poderia se tratar de uma prática discriminatória – fruto da convergência de decisões que configuram a desigualdade racial. Foi, assim, elaborado, com o apoio da universidade, pela primeira vez, no ano de 1987, um mapa da distribuição dos resíduos da indústria química e petroquímica nos EUA, que se revelou desigual e discriminatória.

Comprovou-se, portanto, a desigualdade ambiental, tendo sido reivindicadas medidas que levassem a uma situação justa. Assim, surgiu a noção de Justiça Ambiental como uma categoria de luta, apoiada na percepção da vigência dos indicadores observáveis de uma das formas de desigualdade. Ou seja, um tipo de desigualdade empiricamente verificável, expresso em índices quantitativos aplicados à distribuição espacial dos danos ambientais. **Foi essa constatação que permitiu abrir novos debates sobre o justo e o injusto, objetos permanentes de discussão, conforme os contextos históricos, políticos e culturais, a partir de então, aplicáveis também às dimensões ambientais da vida social.**

Em sua origem, **a noção foi aplicada a processos socioespaciais situados a jusante da produção de mercadorias – ao final dos processos produtivos;** ou seja, à localização espacial dos objetos não vendáveis da produção de mercadorias – resíduos, efluentes e emissões gasosas. Conforme exposto pelos diversos mapas de desigualdade ambiental até aqui realizados, esses materiais perigosos são dispostos, correntemente, nas proximidades das áreas habitadas por grupos sociais mais despossuídos. **Mas há também situações de despossessão ambiental que se configuram a montante dos processos de produção de mercadorias** – ou seja, nas fases de ocupação do espaço e de extração de materiais que antecedem os processos de transformação industrial. **No caso dos povos indígenas brasileiros, por exemplo, os agravos ambientais provêm mais fortemente da invasão de suas terras pelo agronegócio, pela grilagem, pela grande mineração, por madeireiros e garimpeiros:** esses povos são, por estes mecanismos, despossuídos de seus ambientes – das águas e das matas que requerem para sua reprodução biológica e cultural. Há



— nai mawa yuxini
Coletivo MAHKU. Brasil, 2022.

indígenas, porém, que vivem em cidades; assim como outros e outras que fazem um movimento pendular entre as cidades e as aldeias. Eles e elas tendem, portanto, a estar expostos, ao mesmo tempo, aos dois tipos de processo – o da degradação de suas condições habitacionais nas cidades, vivendo em áreas urbanas desvalorizadas e precarizadas, e o da intrusão e espoliação das terras em suas aldeias.

A desigualdade ambiental nos EUA começou sendo comprovada como resultado de **decisões de localização de resíduos indesejáveis da produção capitalista, micro decisões inigualitárias subjacentes ao funcionamento do mercado de terras e à segregação socioespacial e racial dos espaços de moradia**. Em seguida, notadamente após a repercussão que teve o furacão Katrina em 2005², verificou-se que **os chamados desastres naturais atingem mais que proporcionalmente as pessoas negras e pobres**; havia um acesso desigual à informação sobre os riscos, proteção prioritária dos diques de bairros de alta renda e, ainda, uma defesa civil ausente por estar envolvida na guerra do Iraque. Agora, vemos que **a pandemia COVID-19 – um fenômeno biológico e sanitário – também toca mais e com maior letalidade, povos negros e indígenas**. Ambos os grupos têm menor acesso aos serviços de saúde de qualidade, entre outros fatores de vulnerabilização. Os povos indígenas, em particular, são tornados mais suscetíveis dadas as condições imunitárias que lhes são próprias: têm as defesas sólidas para lidar com a microbiologia da floresta, porém, são pouco aparelhados para enfrentar o ambiente microbiológico da sociedade envolvente, branca. Esta inadequação se manifesta com força particular quando ocorre a ocupação ilegal de seus territórios, que faz lá chegar o vírus de forma descontrolada.

A desigualdade ambiental alcança os grupos indígenas, portanto, nas duas pontas, nas cidades e nas aldeias; na expropriação de seus ambientes e nas condições de precariedade que caracteriza sua localização no meio urbano.

A esta situação estrutural, acresce-se, como temos visto, **a pauta anti-ambientalista do governo Bolsonaro, que vem juntar-se ao racismo historicamente constituído, configurando um anti-ambientalismo racializado que retoma a ideologia colonial,**

2 Ver no Caderno Maloca n. 03, os diversos textos que abordam este episódio.



— yube inu yube shanu
Coletivo MAHKU. Brasil, 2020.



yame awa kawanai —
Pedro Maná, Coletivo MAHKU. Brasil, 2021.

abrasileirando a discriminação que há tempos é denunciada por movimentos dos direitos civis estadunidenses. Lá, o racismo é denunciado pelo fato de autoridades e empresas penalizarem as comunidades negras de baixa renda, decidindo localizar, em suas áreas de residência, os resíduos danosos da acumulação de riqueza. Aqui, ao lado desta mesma prática, vemos **o racismo se expressar, similarmente, pela recriminação de quilombolas e povos indígenas por ocuparem espaços ambientalmente preservados, que estão sendo requeridos pelo agronegócio e pela mineração para expandir seus lucros**, de forma extensiva e pouco produtiva, dadas as grandes extensões das terras privatizadas de que já dispõem. Este **anti-ambientalismo racializado** é, pois, uma manifestação do racismo estrutural que saiu dos bastidores e ganhou espaços de visibilidade na esfera política formal, com a adoção explícita, a partir da campanha eleitoral de 2018, de propósitos e decisões discriminatórias em relação às pessoas negras e indígenas.

Ao se verificar uma condição de desigualdade ambiental atingindo de forma mais que proporcional a população não-branca, vem ganhando crescente visibilidade a noção de **Racismo Ambiental**, evocada em dois níveis – da observação empírica e da percepção e expressão dos próprios sujeitos e sujeitas sociais. No caso dos EUA, foi da interface entre o *insight* do movimento negro e a comprovação empírica do mapa elaborado pelo sociólogo Robert Bullard que o debate aflorou. No caso brasileiro, no plano empírico, vêm crescendo as evidências da convergência entre as práticas associadas ao racismo estrutural e aquelas que produzem desigualdades ambientais – notadamente quando se observam dados sobre assentamentos urbanos precários, ausência de saneamento básico e populações vivendo sob risco de desastres. São conhecidos os vários mecanismos através dos quais, a partir da abolição da escravidão, as populações negras foram discriminadas – excluídas do acesso à terra, à educação e aos direitos. Este conjunto de atos discriminatórios convergiu de modo a que cidadãos e cidadãs não-brancos, descendentes de pessoas escravizadas e indígenas viessem a habitar áreas menos

valorizadas pelo mercado imobiliário, onde se sobrepõem carências de saneamento, de qualidade do ar, de áreas verdes, situadas às proximidades de fontes de risco como linhas de transmissão, oleodutos, barragens de rejeitos etc. O caso do **rompimento da barragem da Samarco em Mariana em 2015**, por exemplo, mostrou que nos distritos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, os mais imediatamente atingidos, **mais de 80% da população local, segundo o censo de 2010, se autodeclaravam pretos e pardos**, quando no estado de Minas Gerais como um todo, 56% o fizeram, conforme apontaram os pesquisadores Bruno Milanez e Luiz Wanderley e a pesquisadora Tatiana Ribeiro, em texto sobre a tragédia do Rio Doce, publicado em 2017. Ademais, para dar sustentação estatística aos resultados de práticas discriminatórias de ordem racial, pressupõe-se, preliminarmente, que o Estado acolha as pressões sociais por sistemas classificatórios que produzam equivalência entre indivíduos distintos passíveis de serem reunidos, segundo uma mesma condição de exposição ao racismo. O artigo de Gabriele dos Anjos sobre cor e raça nos censos, publicado na revista *Indicadores Econômicos*, em 2013, mostra como a codificação e as formas de coleta dessas informações depende do contexto político e da história das relações raciais no país.

No Brasil, por exemplo, os dados sobre a cor dos atingidos pela COVID-19 custaram a ser registrados. A Coalizão Negra por Direitos, associações científicas e defensorias públicas insistiram, junto ao Estado, para que tais registros fossem feitos. No mês de junho de 2020, os boletins epidemiológicos do Ministério da Saúde passaram a divulgá-los, como já o faziam algumas unidades da federação. As hipóteses começaram a se confirmar. Em meados de junho, **o IBGE anunciou que a taxa de letalidade por COVID-19 se mostrava maior entre as pessoas negras do que as brancas**; que desigualdades de renda e cor fazem com que pessoas negras e grupos de baixa renda sejam atingidos pela epidemia em percentuais maiores do que sua participação no conjunto da população. Essa experiência nos mostra os mecanismos pelos quais a construção social das questões raciais pode se refletir na máquina pública.

Por outro lado, na experiência da convergência entre desigualdade ambiental e racismo, foram sendo criadas as condições subjetivas



— paxarumã pae
Cleiber Bane, Coletivo MAHKU. Brasil, 2021.

pelas quais os próprios atores sociais percebem a vigência da condição discriminatória enquanto tal. O Movimento de Justiça Ambiental dos EUA nasceu de um processo de “ambientalização” do movimento negro. A questão ambiental, que antes parecia, para seus membros e membras, uma reivindicação própria da classe média branca conservacionista, mostrou-se, a partir da elaboração do mapa da desigualdade ambiental, uma questão de vida ou morte. Foi, então, criado **um repertório de expressões e noções mobilizatórias, tais como “Racismo Ambiental”, “Colonialismo Tóxico”, “Zona de Sacrifício”, etc.** Uma comissão de representantes de organizações de base dos EUA veio ao Brasil em 1998 para se articular com o movimento negro brasileiro com vistas a evitar a exportação das injustiças ambientais dos EUA para cá. **A “ambientalização” do movimento negro no Brasil veio se dando a seu ritmo próprio, fazendo com que algumas entidades começassem, a partir dos anos 2000, a evocar a categoria Racismo Ambiental para designar o impacto mais que proporcional dos males ambientais sobre comunidades negras e indígenas, e a aplicação pouco rigorosa das regulações ambientais governamentais na proteção destas mesmas comunidades.**

Por ocasião do *I Seminário Brasileiro contra o Racismo Ambiental*, realizado em Niterói, no ano de 2005, cujo debate foi registrado em livro organizado por Selene Herculano e Tânia Pacheco, publicado no ano seguinte, tanto o debate como a aplicação desta noção incorporaram comunidades indígenas e abrangem uma gama ampla de males ambientais, diferentemente de seu uso corrente nos EUA, que é mais estritamente focado na questão da localização de depósitos de lixo tóxico.

A desfaçatez da presença de discursos e práticas racistas nas esferas do poder, assim como os esforços governamentais no sentido de estimular práticas ambientalmente predatórias – que penalizam assimetricamente povos negros e indígenas – estão justificando as tendências a **uma crescente articulação entre as mobilizações antirracistas e de denúncia do anti-ambientalismo governamental brasileiro.**



— kopenawe pukenibu
Acelino Tuin Huni Kuin, Coletivo MAHKU. Brasil, 2021.

Robert Doy

Dois vírus que ameaçam a América Negra¹

tradução do inglês por Céline Veríssimo
revisão da tradução por João Pena



Professor na Universidade do Texas, ativista e escritor estadunidense, amplamente reconhecido por seu trabalho pioneiro na luta pela equidade ambiental.

¹ Texto publicado originalmente com o título *Racism and COVID-19, Two Viruses That Threaten Black America*, em OpEd News, em 18/08/2020. Grifos dos editores e editoras.

yle Bullard

texas

— **O racismo está estampado no DNA dos Estados Unidos da América (EUA).** O país ainda é racialmente segregado, assim como é a poluição. Documentei esse padrão de segregação num estudo de 1979, quando testemunhei no caso *Bean versus Southwestern Waste Management Corporation*, o primeiro processo do país a desafiar o racismo ambiental em Houston, há mais de quatro décadas. Depois de escrever o livro *Lixão em Dixie: Raça, Classe e Qualidade Ambiental*², em 1990, somado a uma dúzia de livros sobre uma variedade de temas em justiça racial ao longo de décadas, **esta é a primeira vez que vejo a convergência de tantas ameaças letais múltiplas derrubando pessoas negras. Reais, essas ameaças todas têm raízes no racismo sistêmico.**

retrocessos de proteção ambiental, regulamentos e leis

— Em três anos e meio, o governo de Trump (2017-2021) revogou 100 regras ambientais. Regulamentações federais que protegem trabalhadores, trabalhadoras, consumidores, consumidoras e o meio ambiente estão sendo desmanteladas. Esses retrocessos foram um soco no estômago para **a população estadunidense negra, que tem 79% maior probabilidade do que**

2 No original *Dumping in Dixie: Race, Classe and Environmental Quality*.

a branca de viver em lugares onde a poluição industrial representa um grande perigo para a saúde. Famílias negras com rendimentos entre U\$50 mil a U\$60 mil vivem em bairros mais poluídos do que aqueles onde vivem famílias brancas com rendimentos abaixo de U\$10 mil. **A população estadunidense negra está 1,54 vezes mais exposta a pequenas partículas no ar do que a branca.** Ao mesmo tempo, pesquisadores e pesquisadoras de Harvard descobriram que a poluição do ar por pequenas partículas está associada a um maior número de mortes por COVID-19.

esforços do governo para invalidar a Lei de Cuidados a Preços Acessíveis³ e para restringir o acesso a cuidados de saúde de qualidade e de baixo-custo

— No país, mais de 11,5% das famílias negras não têm plano de saúde, em comparação com 7,5% das famílias brancas. **Acima de 55% da população negra vive nos estados do sul, onde estão as maiores taxas de pessoas sem plano de saúde.** Nesta região, ainda, governadores e procuradores-gerais estaduais estão trabalhando para arruinar e extinguir a Lei de Cuidados a Preços Acessíveis e barrar a expansão do *Medicaid*⁴. Ironicamente, muitos desses mesmos estados do sul têm a maior pobreza, o maior número de pessoas sem plano de saúde, a pior saúde pública e a menor expectativa de vida.

infecções, hospitalizações e mortes desproporcionais da população negra estadunidense por Covid-19

— **Nos EUA, a população negra tem três vezes maior probabilidade do que a branca de contrair Covid-19 e quase duas vezes mais chance de morrer do vírus.** Os condados com maior presença de população negra respondem por mais da metade de todos os casos de Covid-19 no país e quase 60% da totalidade das mortes. A população negra estadunidense tem, por um lado, maior risco de contrair Covid-19 e, por outro lado, menor acesso aos locais de testagem, devido ao transporte precário.

³ No original *Affordable Care Act*. Trata-se basicamente de uma lei de subsídios e de controle dos preços dos planos de saúde, que também expande os planos de seguros públicos e privados para uma maior parcela da população estadunidense, aprovada durante o governo de Barack Obama (2009-2017).

⁴ O *Medicaid* é um programa de saúde dos EUA para pessoas de baixa renda.

riscos de saúde específicos para a comunidade escolar e famílias que vivem em regiões-foco da Covid-19

— Mais de 56 milhões de crianças devem voltar às escolas no outono [de 2020]. Dos dez maiores distritos escolares do país, apenas Nova Iorque e Chicago parecem ter mantido abaixo de 5% a taxa de pessoas testadas positivas para a Covid-19, meta definida pelo Centro de Controle e Prevenção de Doenças. O coronavírus está atacando crianças. **Cinco vezes mais crianças negras do que brancas são hospitalizadas por Covid-19; a taxa é oito vezes maior para crianças hispânicas.** Grandes investimentos de capital são necessários para tornar os edifícios escolares sanitariamente seguros para reduzir a propagação do coronavírus. Pelo menos metade das escolas em todo o país precisa renovar os seus sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionado. Cerca de 30% de negros e negras contra 18% de brancos e brancas em idade escolar vivem em casas sem conexão com a Internet ou sem um dispositivo adequado para o ensino on-line/remoto.

carga de trabalho e riscos para a saúde desiguais sofridos por trabalhadores e trabalhadoras essenciais na linha da frente de combate à Covid-19 e insegurança econômica para pequenas empresas pertencentes a minorias durante a pandemia

— Os e as profissionais de saúde negros têm cinco vezes mais probabilidade de testarem positivo para Covid-19 do que a população em geral. **Os trabalhadores e trabalhadoras negros/as estão desproporcionalmente presentes em nove dos dez empregos essenciais de “baixa remuneração e alto risco”, aumentando a chance de contrair Covid-19.** Apenas 19,7% dos assalariados e assalariadas negros são capazes de fazer teletrabalho, em comparação com 29,9% dos brancos. Mais da metade das empresas de proprietários negros ou negras pode não sobreviver à pandemia. Os primeiros relatórios mostram que 90% dessas empresas foram impedidas de receber os empréstimos aprovados pelo

Congresso no contexto da pandemia. Esses proprietários e proprietárias também tiveram mais dificuldade para obter ajuda federal no âmbito do Programa de Proteção ao Salário⁵.

aumento dos riscos para as comunidades vulneráveis ao clima durante a época de furacões de 2020 gerado pela nova orientação operacional da Agência Federal de Gerenciamento de Emergência – Covid-19 (FEMA)

— A população estadunidense negra das comunidades vulneráveis ao clima está enfrentando um **“golpe triplo”: uma pandemia mortal e perdas avassaladoras de empregos e negócios** convergentes às ameaçadas da atual época de furacões. A Administração Nacional Oceânica e Atmosférica⁶ prevê que, em 2020, a temporada de ventanias pode produzir até 25 “tempestades nomeadas”⁷, número comparável a 2005, ano que nos deu os furacões Katrina e Rita. A FEMA emitiu uma nova orientação para as autoridades locais e estaduais usarem durante os desastres de 2020, que enfatiza o “abrigo no local”⁸. **As comunidades negras que têm uma longa história de repetidas enchentes podem ser deixadas à sua própria sorte ou se afogar.**

roubo de riquezas transformadoras negras pelo racismo ambiental e pela discriminação racial financeira e habitacional

— **O racismo sistêmico impõe um imposto oculto sobre o fato de se ser uma pessoa negra nos EUA.** A riqueza das pessoas negras equivale a aproximadamente um décimo daquela das pessoas brancas. A família negra média tem um patrimônio líquido de U\$800

5 No original *Paycheck Protection Program*. Foi um programa de créditos do Governo de Trump para as empresas manterem seus funcionários e funcionárias durante a COVID-19.

6 No original *National Oceanic and Atmospheric Administration - NOAA*. É destinada a fornecer informações ambientais.

7 As tempestades tropicais são nomeadas para evitar confusão. Geralmente, são utilizados nomes fáceis, organizados em ordem alfabética, alternando entre nomes femininos e masculinos. Segundo a Universidade Cornell, uma “tempestade nomeada” tem ventos superiores a 62 km/h (ou 39 milhas por hora).

8 As autoridades devem recomendar às pessoas e adotar como padrão o ato de buscar segurança dentro do prédio que já se ocupa, em vez de evacuar a área ou procurar um abrigo de emergência comunitário.

mil, inferior ao da família branca média. A maior parte da riqueza da classe média estadunidense está investida na casa própria. O racismo custa aos proprietários negros cerca de U\$48 mil por habitação, totalizando U\$156 bilhões em perdas cumulativas. Décadas de discriminação racial financeira estão aparecendo na disparidade das ilhas de calor urbanas e nos perigos da Covid-19 nas comunidades negras segregadas.

eliminação do eleitorado privando direitos às pessoas de cor

— O cancelamento do título de eleitor de pessoa negra é real e recebeu um impulso em 2013, depois da decisão do Supremo Tribunal, no caso *Shelby versus Holder*, que enfraqueceu a Lei do Direito ao Voto. Mais de 1,2 mil locais de votação foram fechados no sul do país. **Eleitores negros e negras, em média, esperam 45% mais tempo para votar do que os brancos e brancas.** A Covid-19 está destinada a exacerbar e aprofundar as práticas nocivas da supressão do eleitorado, incluindo a eliminação de listas de eleitores e eleitoras, longas filas, ataques às cédulas de abstenção e às cédulas enviadas por correio - somados a esforços para cortar orçamento dos Correios dos EUA, forçando cada pessoa individualmente a escolher entre sair para votar ou proteger a sua saúde.

Acabar com o racismo ambiental melhorará a saúde e salvará vidas e verbas a longo prazo. Esta é a coisa certa e justa a fazer. Esta emergência levou um grupo de lideranças negras a relançar a Rede Nacional de Justiça Ambiental Negra⁹ para lidar com as múltiplas ameaças que convergem para os EUA Negro. **Sim, as vidas negras importam!**

9 No original *National Black Environmental Justice Network*.

Céline Veríssimo

paraná

Racismo ambiental e a pandemia de Covid-19: notas sobre as desigualdades raciais e urbanas no Brasil



Arquiteta, professora da UNILA, pesquisadora do iDALEI/UFBA e do MALOCA/UNILA.

João Pena

bahia

Urbanista, professor da UNEB e
pesquisador do iDALEI/UFBA.



Em março de 2020, quando eclodiu a pandemia de Covid-19, o número de casos de infecção e mortes no Brasil começaram a subir. Eis que muitas pessoas afirmaram que o vírus era democrático, já que todos e todas estavam suscetíveis de serem infectados. Entretanto, desde o começo da pandemia, os dados mostram o contrário. Há fatores que colocam determinadas pessoas e grupos sociais em maior risco de infecção, há contextos em que a adoção de medidas de proteção não ocorre tão facilmente. **Quem declarava uma suposta democracia do coronavírus, o fazia a partir de seus privilégios raciais e de classe. Justamente por isso, era preferível não reconhecer as desconhecidas desigualdades existentes no país.** Este é, portanto, o fundamento deste texto: não é possível compreender a sociedade brasileira, nem o impacto da pandemia de Covid-19, sem considerar questões incontornáveis como o racismo, as desigualdades de gênero, a dificuldade de acesso à infraestrutura e serviços urbanos básicos, a configuração das cidades e a segregação socioespacial, entre outros aspectos relevantes. A pandemia foi, de fato, uma tragédia. Ao analisar-se a geopolítica da Covid-19, é possível identificar as clivagens do racismo ambiental, que **tem suas raízes no sexismo e no classismo, motivo pelo qual as mulheres indígenas, negras e pobres são as mais atingidas.**

As cidades, enquanto produção social, materializam a forma como a sociedade se configura, de modo que as enormes desigualdades se reafirmam e se reproduzem na organização do espaço urbano e nas dinâmicas cotidianas, agravadas no contexto da pandemia de Covid-19. A segregação socioespacial, a ausência e a precariedade de infraestrutura nas periferias das cidades brasileiras são passivos urbanos históricos que continuam sendo reforçados pela lógica excludente, capitalista e racista da produção do espaço urbano. **O racismo, portanto, tanto estrutura a sociedade, atravessando diversas dimensões sociais, quanto constitui-se como um elemento da produção do espaço urbano e da divisão cidade-campo e campo-floresta.**

Racismo ambiental é a forma como a população negra e indígena é relegada às periferias longínquas, aos espaços ambientalmente vulneráveis ou às áreas onde a ausência de infraestrutura e serviços urbanos é regra. Esta organização territorial e espacial racista resulta de um histórico saber-poder urbanístico da branquitude, que domina,

ao mesmo tempo, a prerrogativa para determinar como investir os recursos públicos, quais e quem são as prioridades, onde deve ser implantado este ou aquele equipamento público, quem pode ocupar cada área da cidade e assim por diante.

Desde os anos de 1980, o racismo ambiental tem sido teorizado e debatido como desdobramento de protestos da comunidade negra na cidade de Afton, no Condado de Warren, estado da Carolina do Norte, nos Estados Unidos, contra a instalação de um aterro de resíduos tóxicos de bifenil-policlorado em sua vizinhança. A partir de uma pesquisa realizada por Robert Bullard, o reverendo Benjamin Chavis cunhou o termo “racismo ambiental”, reconhecendo o fator racial como elemento central na definição da localização de atividades poluidoras, conforme explicam Henri Acselrad, Cecília Mello e Gustavo Bezerra no livro *O que é Justiça Ambiental*, publicado em 2009.

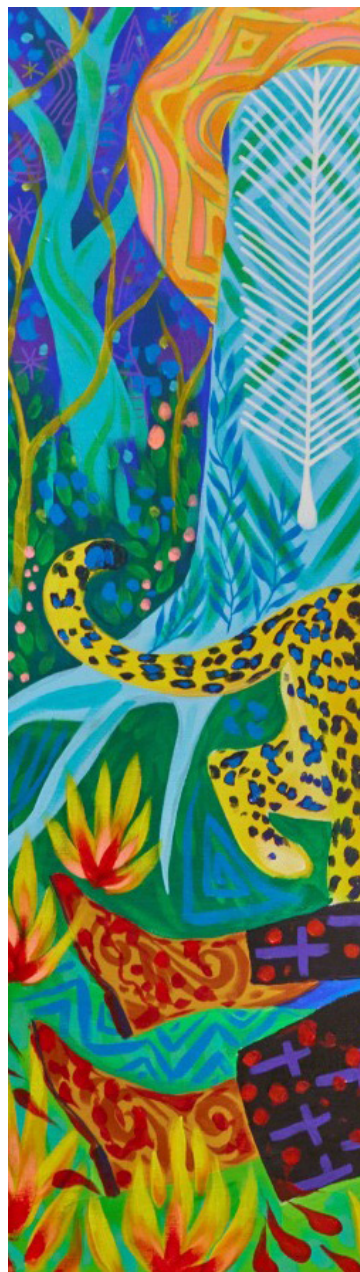
Poucos anos antes, em 2006, Selene Herculano e Tania Pacheco, organizaram o livro *Racismo Ambiental*. Na introdução as autoras explicam que chamam de

racismo ambiental às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma desproporcional sobre etnias vulnerabilizadas. O racismo ambiental não se configura apenas por meio de ações que tenham uma intenção racista, mas igualmente por meio de ações que tenham impacto racial, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem.

Nesse sentido, também se configura racismo ambiental a forma como as cidades estão organizadas, ou seja, a distribuição desigual entre as pessoas negras e brancas dos ônus e bônus da urbanização. Nesse contexto, os bairros onde vive a população branca contam com toda a infraestrutura urbana disponível, com serviços urbanos, investimentos em melhorias e manutenção. Já os bairros habitados pela população negra sofrem com a ausência ou precariedade de elementos básicos de infraestrutura. São, ainda, locais onde a presença do Estado muitas vezes se resume à atuação policial ostensiva e truculenta.

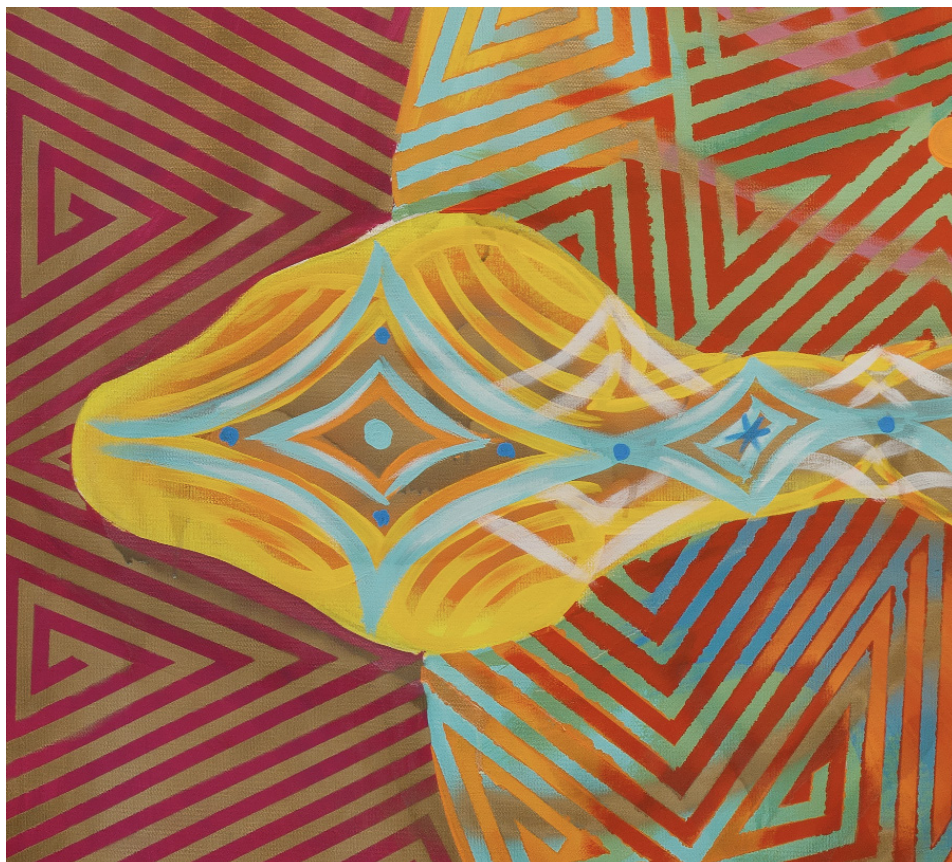
Essa ausência do mínimo de infraestrutura urbana ficou patente com a pandemia de Covid-19. De acordo com dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento para o ano de 2020, publicados pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, **84,1% da população brasileira conta com rede de abastecimento de água**. Apesar de um elevado percentual de pessoas atendidas, os remanescentes 16% totalizam, em números absolutos, **cerca de 36 milhões de brasileiros e brasileiras sem acesso à rede de abastecimento de água**. Além de ser um elemento indispensável para a vida, a água é fundamental para o processo de higienização pessoal a fim de prevenir a Covid-19. Por esta razão, desde que a pandemia eclodiu, inúmeras notícias relataram as dificuldades de higienização constante enfrentadas por moradores e moradoras de diversas comunidades em cidades brasileiras.

Enfrentando um vírus mortal, comunidades inteiras viram-se entregues à própria sorte e precisaram se articular para, de algum modo, construir alternativas de enfrentamento à pandemia, construídas, sobretudo, em torno da organização das mulheres, como mostram Rachel Coutinho e Fernanda Cruz na pesquisa sobre o papel das mulheres nas ações solidárias na favela da Rocinha, no Rio de Janeiro. Na mesma cidade, diversas reportagens relataram a ajuda mútua nas comunidades: foi o que aconteceu no Complexo da Maré, onde foi criado o grupo Frente de Mobilização da





— a redenção
Daiara Tukano. Brasil, 2022.



Maré contra o Coronavírus. Uma das ações do grupo foi a construção de lavatórios para as mãos com a utilização de garrafas plásticas com água e sabão, já que muitos moradores e moradoras não tinham água em casa. Esta situação concreta evidencia como a deficiência na oferta de água potável é um problema que precisa ser sanado urgentemente. Cabe ao Estado empreender esforços no sentido de alcançar esses cidadãos e cidadãs desassistidos. Contudo, na ausência deste, **é a solidariedade e a auto-organização da população que historicamente lhes têm garantido, em alguma medida, superar as dificuldades.**



— pamuri yukese
Daiara Tukano. Brasil, 2020.

Iniciativa semelhante aconteceu em Salvador, na Bahia, por meio da ação do corpo discente da Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia, oferecida pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia. O projeto chamado Mobiliza RAU+E consistiu na implantação de três pontos de higiene em comunidades parceiras da Residência: Gamboa de Baixo, Ocupação Guerreira Maria e Ocupação Novo Paraíso, atendendo a um total de 555 famílias. Os pontos de higiene são estruturas que possuem um lavatório e uma bomba plástica para



o armazenamento de água. Tanto esta iniciativa quanto a do Complexo da Maré foram acompanhadas da divulgação de informações sobre a Covid-19, indicando maneiras de evitar a proliferação do vírus e de se proteger.

Se o número de pessoas sem acesso à água encanada é grande, a situação é ainda mais grave quando se trata de esgotamento sanitário. **Apenas 55% da população do país é atendida pela rede de esgotamento sanitário, ou seja, quase metade da população - ou cerca de 97 milhões de pessoas - não contam com essa infraestrutura**, conforme dados do Ministério do Desenvolvimento Regional. Por um lado, bairros de maioria branca, de classe média e alta contam com a melhor infraestrutura possível, por outro lado, **bairros populares de maioria**



negra são desprovidos de esgotamento sanitário, situados nas periferias urbanas e caracterizados por ocupações informais, favelas e assentamentos precários. São locais como o Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, o Nordeste de Amaralina, em Salvador, Paraisópolis, em São Paulo, entre outras, que são exemplos da materialização do racismo na produção do espaço urbano.

Esses lugares são zonas de sacrifício ou, nas palavras de Frantz Fanon, em seu seminal livro publicado em 1952, *Pele Negra, Máscaras Brancas*, **são zonas do não-ser**, cuja vida vale menos, devido, única e simplesmente por serem habitadas por pessoas negras. **Em Salvador, por exemplo, o racismo produz uma cidade altamente segregada e desigual.** Enquanto os bairros de maioria branca possuem as maiores rendas, os bairros periféricos concentram a população negra, as rendas mais baixas e as maiores taxas de homicídio, conforme temos demonstrado em diversos trabalhos. Este fenômeno é uma consequência do passivo histórico que o Brasil tem, integrando um projeto, em curso, de extermínio da população negra.

Como se não bastasse a ausência de infraestrutura urbana, muitas pessoas não puderam fazer isolamento social para evitar a Covid-19, seja pelas precárias condições de moradia, seja pela necessidade de trabalhar para poder se alimentar. Diferente das pessoas de classe média e alta, que puderam fazer trabalho remoto em suas casas, pobres e negros/as das periferias precisaram continuar se deslocando, pegando ônibus lotado e arriscando a própria vida para realizar serviços informais e/ou precarizados. Esse foi o caso de Mirtes Renata de Souza, empregada doméstica moradora da periferia de Recife, que não foi liberada pelos patrões para fazer isolamento social e continuou

trabalhando mesmo no auge da pandemia. Sem ter com quem deixar seu filho Miguel, o levou para o trabalho, onde ele morreu, após cair do nono andar do prédio, em 02 de junho de 2020. O pequeno foi deixado sozinho no elevador pela patroa Sari Corte Real - nome real e, ao mesmo tempo, simbólico, que denota como a elite brasileira, herdeira de escravocratas, continua sustentando uma estrutura racista e desigual.

A despeito do início da vacinação contra a Covid-19, em razão dos critérios de priorização adotados pelo poder público, as populações socialmente mais vulneráveis ficaram em desvantagem. Um estudo feito por pesquisadores e pesquisadoras do Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade, da Universidade de São Paulo, mostrou como, na capital paulista, **a vacinação não ocorreu conforme a geografia da Covid-19, isto é, com base nos locais com maior concentração de casos de infecção e mortes.** Enquanto o número de mortes era muito maior na periferia, entre março de 2020 e março de 2021, a vacinação se concentrava nas áreas mais centrais da cidade. Dito de outra forma, enquanto as periferias com maior ocorrência letal da crise sanitária correspondem aos territórios de maioria negra, os locais mais vacinados são os bairros mais centrais, com maiores rendas e população branca. É, literalmente, uma questão de vida ou morte, já que a precariedade enfrentada pela população negra tem sido um fator para o agravamento dos impactos da pandemia em territórios já vulneráveis.

A pandemia de Covid-19 deixou muito em evidência as históricas desigualdades sociorraciais das cidades brasileiras. Vale lembrar, ademais, que além das zonas do não-ser nas áreas urbanas, **a pandemia revelou outras zonas de sacrifício nos campos, serras, praias, rios e florestas, onde moram as comunidades quilombolas, os povos indígenas e as comunidades ribeirinhas, as quais são, do princípio ao fim, gritantes zonas de sacrifício e genocídio modernos.**

Embora tais desigualdades não sejam uma novidade, **é fundamental que as políticas públicas considerem as questões raciais como elementos centrais para que sejam efetivas e diminuam as imensas discrepâncias existentes.** É especialmente urgente que as políticas urbanas sejam elaboradas numa perspectiva antirracista e anticapitalista. Ou seja, em vez de responderem à lógica neoliberal e

privatista do capital imobiliário, o poder público deve promover a distribuição das benesses urbanas com investimentos em serviços e infraestrutura nas áreas mais carentes: as periferias, os territórios negros que têm sido massacrados pelo racismo ambiental orientador da produção do espaço.

Precisamos entender que **a crise ambiental da Terra é, acima de tudo, uma crise política porque a destruição da vida resulta da dominação capitalista, racista e sexista da modernidade-colonialidade.** As vitórias envolvem muitas derrotas, perdas e sofrimento, sendo alcançadas ao longo do tempo e por meio de lutas e aprendizados. Os saberes nascidos das lutas ambientais do mundo hão de vingar quando se tornarem lutas por igualdade de direitos e de justiça para todas as formas de vida, humanas e não-humanas.



LOS BIENES DE LA NATURALEZA SON

acompanhe-nos nas redes

 facebook.com/malocaunila

 youtube.com/c/grupomaloca

 issuu.com/cadernomaloca

 linktr.ee/maloca.unila

e conheça nosso site

 bit.ly/cadernosmaloca

caderno
maloca

sem título

Beatriz Aurora. México, sem data.



— **Racismo Ambiental** é o tema central dos **Cadernos Maloca** números 3 e 4. A edição atual, **Caderno Maloca n. 4**, dossier **Racismo ambiental: onde está yvy marã e'ÿ?**, é dedicada à população afro-brasileira e indígena em contexto de pandemia com textos e entrevistas a lideranças populares da América Latina como **Alexandre Kuaray, Ivanildes Kereju, Simone Maria da Silva, Maura Cristina da Silva, Henri Acselrad, Robert Bullard, Celine Veríssimo e João Pena.** Inspirada na busca Guarani pela “terra sem males”, esta edição convida a uma leitura voltada para uma esperança que nos conduza a posicionamentos e práticas solidárias, coletivas e insurgentes na luta contra a violência e a destruição da vida.